



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho

TERE Nº28/2023/SCCC/CGAF-MUZ/MUZ-DAP/MUZ/IFSULDEMINAS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

DEMANDA: SOFTWARES E APLICATIVOS; E TELEFONIA DIGITAL

1 - DO OBJETO

1.1 - OBJETIVO OU FINALIDADE

1.1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto quantificar, especificar e definir as condições para a eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de licenças de software em atendimento a demandas de setores específicos e eventual aquisição de equipamentos de telefonia local para prover/manter a disponibilidade de ativos dos Circuitos de Telefonia das Unidades; assegurando a manutenção de recursos de TIC essenciais à continuidade das atividades administrativas; bem como às atividades de ensino, pesquisa e extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas - IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho, Campus Machado e Inconfidentes.

2 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC E DA ESTIMATIVA DA DEMANDA

2.1 - REFERÊNCIAS DA DESCRIÇÃO E QUANTITATIVOS

Está especificado no Anexo I - Requisitos técnicos, unidades demandantes e valores unitários e totais;

2.2 - ESTIMATIVA DE CONSUMO INDIVIDUALIZADO

2.2.1 Se realizado o pedido de fornecimento pela Contratante à licitante vencedora, aquela deverá obedecer, pelo menos, ao lote mínimo de aquisição, que será de 10% (dez por cento) da quantidade prevista para o item referente a localidade solicitada.

2.2.2 A Instituição não está obrigada a firmar as contratações de todos os itens licitados, bem como de todo quantitativo licitado em cada item.

2.2.3 Muitas vezes, o Sistema Integrado de Descentralização de Crédito (SIDE), através do qual são lançados os itens constantes no Termo de Referência do Edital de licitação, para disponibilizar inclusão da proposta por parte dos fornecedores, não possui descrição compatível com a dos produtos a serem adquiridos; por isso, são registrados utilizando-se sinônimos, genéricos ou similares. Deve ser considerada, sempre, a descrição completa dos itens, constante neste Termo de Referência.

2.2.4 A Cotação de preços, unitários e totais, deve ser feita em moeda nacional, em algarismo numérico e por extenso, com, no máximo, 02 (duas) casas decimais após a vírgula (ex: R\$ 0,01), observando-se as especificações necessárias, presumindo-se, conforme exigências do Edital, estarem inclusos os encargos que incidem ou venham a incidir sobre o objeto licitado, incluindo-se, todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, taxas, transportes, entrega no local, seguros, encargos fiscais e os demais ônus diretos.

3 - DA JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

3.1 - DA CONTEXTUALIZAÇÃO DA JUSTIFICATIVA

3.1.1 Esta aquisição/contratação tem por finalidade atender a demanda por recursos de TIC, equipamentos e serviços (ativos de telefonia e soluções de software); necessidades levantadas (algumas específicas e outras comuns) em todas as Unidades da Instituição, cujo atendimento irá assegurar a continuidade das atividades

administrativas; bem como das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

3.1.2 Trata-se de processo de compras compartilhadas envolvendo o Campus Machado e Inconfidentes do IFSULDEMINAS; tendo o Campus Muzambinho como UASG GESTORA. Portanto os demais Campi participam deste processo de contratação como ÓRGÃOS PARTICIPANTES de registro de preços e as respectivas justificativas pertinentes a cada demanda encontram-se nos respectivos Estudos Técnicos Preliminares (ETPs), os quais farão parte do processo de licitação. Sendo assim, este Termo de Referência contempla também os quantitativos os Campus Machado e Inconfidentes (participantes) e o Campus Muzambinho (gerenciador).

3.2 - DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

3.2.1 Esta demanda está prevista no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações 2021-2023 assim como no PAC

2023. Neste caso e por se tratar de vários itens, os mesmos serão identificados no item de especificações.

3.3 - DOS RESULTADOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

3.3.1 Espera-se com esta aquisição/contratação atender a demanda por recursos de TIC equipamentos e serviços (ativos de telefonia e soluções de software); necessidades levantadas (algumas específicas e outras comuns) em todas as Unidades da Instituição, cujo atendimento irá assegurar a continuidade das atividades administrativas; bem como das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

3.4 - DO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO DE TIC

3.4.1 Os itens que compõem esta demanda enquadram-se como bens e serviços comuns, nos termos do parágrafo único do artigo 1º da Lei 10.520/02 e o parágrafo segundo ao artigo 2º do Decreto 5.450/05, por possuir padrões de desempenho e características gerais e especificações usualmente encontradas no mercado.

3.4.2 Sendo assim, a licitação será na modalidade pregão eletrônico e do tipo registro de preços e para que o princípio do parcelamento seja observado a adjudicação se dará por item, sem prejuízo da solução como um todo.

4 - DOS REQUISITOS DA SOLUÇÃO

4.1 - REQUISITOS DE NEGÓCIO

4.1.1 Atender a demanda por recursos de TIC, equipamentos e serviços (ativos de telefonia e soluções de software); necessidades levantadas (algumas específicas e outras comuns) em todas as Unidades da Instituição, cujo atendimento irá assegurar a continuidade das atividades administrativas; bem como das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

4.2 - REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO

4.2.1 Esta contratação não requer capacitação, visto que os recursos humanos de TI da Instituição já são capacitados para instalação, suporte técnico e manutenção dos recursos a serem contratados.

4.2.2 Exceção feita apenas a algumas soluções de software que serão, oportunamente, detalhadas no tópico de especificações e/ou nos respectivos ETPs.

4.3 - REQUISITOS LEGAIS

4.3.1 Para esta contratação deverão ser observados os seguintes normativos legais:

- Lei Federal nº 8.666/1993: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- Decreto nº 9.507/2018: Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
- Decreto nº 7.174/2010: Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União;
- Decreto nº 7.746/2012: Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;

- Instrução Normativa SLTI nº 01, de 19 de janeiro de 2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- Instrução Normativa SGD/ME nº 01, de 3 de abril de 2011: Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações - TIC pelos órgãos e entidades do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal;
- Portaria nº 372/2017: Institui a Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- Lei 9.609/1998: Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.

4.4 - REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS

A contratada deverá, também, observar o regramento da Instrução Normativa SLTI nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Deverá ser observado, também e em relação aos produtos a serem fornecidos, a Diretiva Europeia RoHS (Restrição de Certas Substâncias Perigosas) que proíbe que certas substâncias perigosas sejam usadas em processos de fabricação de produtos como cádmio, mercúrio e chumbo.

4.5 - REQUISITOS DE MANUTENÇÃO E SUPORTE

Os requisitos de manutenção e suporte, quando aplicáveis, estão determinados na especificação de cada item e relacionados no Anexo I - Requisitos técnicos, unidades demandantes e valores unitários e totais.

4.6 - REQUISITOS TEMPORAIS

Trata-se de contratação através de registro de preços e o IFSULDEMINAS emitirá nota de empenho em tempo oportuno e de acordo com a disponibilidade de orçamento. O prazo de entrega será de 60 (sessenta) dias corridos após a emissão de notificação para entrega. Situações excepcionais serão consideradas à época da emissão de empenho se presentes.

4.7 - REQUISITOS DE SEGURANÇA E DE PRIVACIDADE

Os prestadores de serviços da contratada, quando aplicável, deverão se apresentar munidos dos documentos de identificação pessoal e da empresa, observar o horário de trabalho da contratante, assim como se identificarem na portaria.

4.8. REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE

Os prestadores de serviços da contratada, quando aplicável, deverão se apresentar munidos dos documentos de identificação pessoal e da empresa, observar o horário de trabalho da contratante, assim como se identificarem na portaria.

4.9. REQUISITOS DE ARQUITETURA TECNOLÓGICA

A arquitetura tecnológica da solução deverá observar, quando aplicável, os requisitos específicos de cada item de acordo com o quadro de especificação técnica constante no Anexo I - Requisitos técnicos, unidades demandantes e valores unitários e totais deste Termo de Referência.

4.10. REQUISITOS DE PROJETO E DE IMPLEMENTAÇÃO

Não se aplica aos objetos desta contratação.

4.11. REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO

Os requisitos de implantação, quando não especificado na especificação dos itens como de responsabilidade da contratada (Anexo I - Requisitos técnicos, unidades demandantes e valores unitários e totais deste termo), serão efetivados pela NTI, e pelos Núcleos de TI nos Campus Machado e Inconfidentes..

4.12. REQUISITOS DE GARANTIA E MANUTENÇÃO

Os requisitos de garantia e de manutenção, quando aplicáveis, estão determinados nas especificações de cada objeto nos termos do Anexo I - Requisitos técnicos, unidades demandantes e valores unitários e totais.

4.13. REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Não se aplica aos objetos desta contratação, devendo as Licitantes observarem os requisitos de apresentação de proposta e de habilitação técnica definidos neste Termo de Referência.

4.14. REQUISITOS DE FORMAÇÃO DA EQUIPE

A contratada, quando aplicável e determinado nas especificações de cada objeto desta contratação e nos termos do Anexo I - Requisitos técnicos, unidades demandantes e valores unitários e totais, deverá dispor de equipe qualificada para a prestação dos serviços de implantação, garantia, manutenção e de suporte técnico.

4.15. REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO

Deverão ser observados, quando aplicável, os requisitos do Anexo I - Requisitos técnicos, unidades demandantes e valores unitários e totais deste Termo de Referência.

4.16 - REQUISITOS TÉCNICOS

Os requisitos técnicos são de acordo com os termos do Anexo I - Requisitos técnicos, unidades demandantes e valores unitários e totais.

5 - DAS RESPONSABILIDADES

5.1 - DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

São obrigações da contratante:

- Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência, em particular no que se refere aos níveis de serviço acordados;
- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos do edital de licitação e seus anexos;
- Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitado pela CONTRATADA;
- Dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação do serviço por intermédio do Gestor ou fiscal do Contrato;
- Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;
- Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções a serem realizadas;
- Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do serviço, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- Efetuar o pagamento do serviço de acordo com as condições contratuais, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, conforme o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA;
- Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com prestação do serviço;
- Encaminhar a demanda de prestação do serviço de garantia com abertura de chamado na contratada;
- Acompanhar e verificar se a prestação do serviço esta de acordo com os termos do escopo da garantia.

5.2 - DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São responsabilidades da contratada:

- Cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência, em especial no que se refere aos níveis de serviço acordados;
- Executar o fornecimento conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou no Distrito Federal e cumprir as normas de segurança da CONTRATANTE;
- Prestar o objeto desta contratação no prazos e níveis de serviço estabelecidos neste termo de referência;
- Fornecer número telefônico e acesso web para contato e abertura de chamados do serviço contratado, bem como materiais quando necessários;
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE por intermédio de preposto designado para acompanhamento do contrato;
- Promover a organização técnica e administrativa da prestação do objeto, de modo a conduzi-lo eficaz e eficientemente, de acordo com os requisitos deste Termo de Referência;
- Indicar formalmente e por escrito preposto idôneo, com poderes de decisão para representar a CONTRATADA, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do serviço objeto deste Termo de Referência, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- Na hipótese de afastamento do preposto definitivamente ou temporariamente, a CONTRATADA deverá comunicar ao Gestor do Contrato por escrito o nome e a forma de comunicação de seu substituto;
- Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- Assumir as responsabilidades pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação oriunda deste Termo de Referência;
- Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas;
- Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados e peças fornecidas em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à administração pública, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;
- Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;
- Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar a prestação do objeto, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- Acatar as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- Manter, durante a execução do contrato, equipe técnica devidamente habilitada, treinada e qualificada para a prestação do serviço.

5.3 - DEVERES E RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS

Sempre que aplicável o órgão gerenciador de registro de preços deverá observar as responsabilidades determinadas no Artigo 18 e inciso III da Instrução Normativa SLTI/MP 01/2019:

- Efetuar o registro do licitante e firmar a correspondente ata de registro de preços;
- Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
- Aplicar penalidades por descumprimento do pactuado na ata de registro de preços;
- Autorizar ou não o fornecimento do objeto para órgão não participante da ata de registro de preço, desde que prevista no instrumento convocatório, consultando o beneficiário da ata e verificando condições de fornecimento, de forma a evitar extrapolações dos limites de produtividade ou de capacidade mínima de fornecimento do objeto contratado;
- Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes;
- Definir mecanismos de controle de fornecimento do objeto contratado.

6 - DO MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1 - ROTINAS DE EXECUÇÃO

6.1.1 As rotinas de execução para disponibilização da solução inclui:

- Realização do pregão de registro de preço pelo Campus Muzambinho;
- adesão como órgão gestor;
- suporte aos órgãos participantes;
- disponibilidade das atas de registro de preços;
- Assinatura e publicação da ata de registro de preço;
- Emissão de nota de empenho;
- Encaminhamento formal das ordens de fornecimento de bens (nota de empenho) e notificações de entregas, de acordo com a necessidade da contratante;

- Emissão de nota fiscal e entrega dos bens;
- Recebimento e aceitação provisória e definitiva;
- Atesto e emissão de processo para patrimoniar, quando for o caso, liquidar e pagar a nota fiscal;
- Observação e acompanhamento dos requisitos de garantia, manutenção e suporte.

6.2 - QUANTIDADE MÍNIMA DE BENS E SERVIÇO

6.2.1 A quantidade mínima é aquela prevista no edital. Todavia, trata-se de expectativa de eventual contratação não havendo obrigação por parte da contratante, visto tratar-se de registro de preços.

6.3 - MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

6.3.1 Os mecanismos formais desta contratação inclui e não se esgota no que segue:

- Ata de registro de preços;
- Ordens de fornecimento de bens (nota de empenho) e notificação de entrega;
- Ofícios;
- Emails;
- Registros formais de acompanhamento da execução do contrato;
- Termos de recebimento, provisórios e definitivos;
- A comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, para fins de encaminhamento de Ordens de Fornecimento de Bens ou outro documento, bem como a solicitação de garantia, manutenção e suporte, ocorrerá sempre através do preposto daquela e dos fiscais desta.

6.4. MANUTENÇÃO DO SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA

A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

7 - DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 - ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

7.1.1 Os critérios de aceitação incluem:

- Acompanhamento do prazo de entrega;
- O recebimento será efetuado somente se o item corresponder inteiramente às características definidas neste documento;
- Realização, quando aplicável, dos testes e inspeções;
- Conferência da marca, modelo, fabricante, código, número de série, quantidade para cada item da solução conforme proposta da CONTRATADA;
- Os produtos a serem entregues devem ser novos e de primeiro uso. Não serão aceitos produtos ou itens reformados, reconicionados ou reaproveitados;
- Deverão ser fornecidos, todos os manuais de operação e configuração, bem como todos os softwares específicos e acessórios necessários ao pleno funcionamento do produto, sempre que aplicável;
- Embalagem será de responsabilidade da CONTRATADA e deverá ser confeccionada de acordo com as melhores práticas vigentes. A embalagem deve ser suficiente para proteger o conteúdo contra danos durante o transporte e armazenagem do local de fabricação até o local de entrega;
- Todos os volumes deverão apresentar marcação e código que possibilitem a identificação de seu conteúdo sem a abertura da embalagem. Devem conter, também, o endereço indicado pela Contratante, devendo ser acompanhado dos respectivos documentos de remessa, lacrados com selo da Contratada;
- Caberá à Contratada realizar o transporte por sua conta e risco, de todos os itens adquiridos até o local de entrega dos mesmos;
- Todas as despesas de entrega serão de responsabilidade da contratada;
- A comissão designada para recebimento, ou responsável, terá os prazos definidos no edital de licitação, para conferência e aceitação definitiva dos itens que compõem o objeto, contados a partir da data da entrega pela contratada;
- A recusa total ou parcial dos produtos será formalizada por meio de um Termo de Recusa contendo os desvios, erros e não conformidades identificados e prazo para correção;
- Em caso de recusa do objeto, a CONTRATADA deverá providenciar o conserto ou substituição dos equipamentos no prazo estabelecido no Termo de Recusa, sem prejuízo da aplicação de sanções de

penalidades pelo atraso da entrega no prazo estabelecido;

- O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, nem a ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

7.2 - PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

Os procedimentos de testes e inspeções são como segue:

- Conferência de quantidade, marca, modelo e números de série;
- Verificação do registro de garantia no site do fabricante;
- Verificação, por amostragem se for o caso, das configurações em função das especificações;
- Verificação das certificação exigidas, por amostragem se for o caso;
- Colocação em funcionamento, por amostragem se for o caso;
- Testes operacionais, por amostragem se for o caso;
- Emissão de termo de aceitação ou de recusa e, neste caso, com a devida justificativa e providências necessárias.

7.3 - NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇOS EXIGIDOS

Para fins desta contratação considera-se Nível Mínimo de Serviços – NMS a definição em termos tangíveis e objetivamente observáveis, dos níveis esperados de qualidade de prestação de serviço e as respectivas adequações de pagamento.

As contratações necessitam de objetivos e metas que possam auxiliar a contratante a aferir seus resultados de acordo com suas necessidades, definindo-se as responsabilidades e objetivos mensuráveis de forma que a contrapartida seja realizada em função do efetivamente executado.

Os termos do NMS prevê, ainda, com base em análises e relatórios o perfeito gerenciamento da prestação do objeto, com ferramentas capazes de monitorar e medir serviços, além de verificar a qualidade e a eficiência dos serviços prestados, de forma a subsidiar a contratante em decisões quanto à manutenção do objeto.

A implementação do NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇOS visa os seguintes benefícios:

- Estabelecer uma via de responsabilidade de mão dupla;
- Criar níveis de serviços padronizados;
- Documentar níveis de serviço;
- Definir critérios para a avaliação do serviço;
- Fornecer as ferramentas para fiscalização visando a melhoria da execução do serviço; e
- Padronizar métodos para comunicar as expectativas de execução do serviço.

Indicador 01

Descrição do indicador	Atraso na entrega e, quando aplicável, na instalação
Aferição	Acompanhamento dos prazos contratuais
Fórmula de cálculo	Apuração do número de dias de atraso contados da emissão da ordem de fornecimento
Nível de serviço esperado	Sem atraso
Faixa de ajuste do pagamento	Até um dia de atraso: advertência. Mais de um dia de atraso: desconto de 1% sobre o valor global da nota de empenho
Condições de exceção	Ocorrência de fato superveniente e justificativa plausível

Indicador 02

Descrição do indicador	Dias de atraso na prestação da garantia
Aferição	Apuração dos dias de atraso na prestação de garantia
Fórmula de cálculo	Apuração do número de dias de atraso contados da abertura de chamado de garantia
Nível de serviço esperado	Sem atraso
Faixa de ajuste do pagamento	Até um dia de atraso: advertência. Mais de um dia de atraso: desconto de 1% sobre o valor global da nota de empenho
Condições de exceção	Ocorrência de fato superveniente e justificativa plausível

7.4 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.4.1 A contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste documento e demais cominações legais que:

- Apresentar documentação falsa;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- Deixar de entregar a documentação exigida no edital;
- Não manter a proposta e não assinar o contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo;
- Fizer declaração falsa;
- Cometer fraude fiscal;

7.4.2 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à contratada o contraditório e a ampla defesa. Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 2002, aquele que:

- Não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura, considerados os prazos legais;
- Deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio-alimentação no dia fixado.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado, observado antes os requisitos do item 7.3;
- Multa de (observado antes os requisitos do item 7.3):
 - 0,8% (oito décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias, observado antes os termos do nível de serviço. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

- 5% (cinco por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida, observado antes os termos do nível de serviço;
- 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- O atraso superior a 15 (quinze) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato.
- As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;
- Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a União poderão ser aplicadas à CONTRATADA conjuntamente com as de multa, descontando-a dos pagam

7.5 - DO PAGAMENTO

O prazo de pagamento se dará de acordo com a instrução normativa IN/MPOG 02/2016: até o quinto dia útil subsequente ao recebimento da nota fiscal ou fatura para despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993, observado o disposto no seu §1º; ou até trinta dias contados do recebimento da nota fiscal ou fatura, para os demais casos.

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, por meio de emissão de Ordem Bancária, para crédito em conta corrente da CONTRATADA, na forma e prazo estabelecidos neste documento, além do comprovante de recolhimento dos encargos sociais e, quando for o caso, das multas aplicadas e os seguintes procedimentos:

- A CONTRATANTE terá 05 (cinco) dias úteis contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao da prestação do objeto para aferição e emissão do termo de recebimento definitivo que conterá autorização para emissão da nota fiscal;
- Caso haja contestação, a CONTRATANTE terá 2 (dois) dias úteis contados a partir do recebimento da contestação para emitir parecer;
- Se o parecer julgar improcedente a contestação da CONTRATADA, deverá ser providenciada a emissão da fatura conforme termo de aceitação definitiva;
- A emissão da Nota Fiscal/Fatura de serviço pela CONTRATADA está condicionada a validação pela CONTRATANTE, por meio do ateste da prestação do objeto e da verificação da necessidade da aplicação de descontos no valor da Nota Fiscal/Fatura, oriundos da aplicação de eventuais glosas ou sanções;
- Nota Fiscal ou Fatura de serviço deverá ser obrigatoriamente acompanhada da regularidade fiscal, constatada através de consulta “online” ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais;
- As Notas Fiscais, devem ser eletrônicas (NFe) conforme disposições contidas no inciso I, Cláusula Segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009;
- Deverão também conter nas Notas Fiscais Eletrônicas, os dados bancários do credor para emissão da ordem bancária, número do contrato, mês de referência e as devidas retenções tributárias a serem feitas pela instituição conforme o artigo 64 Lei 9.430 de 27 de dezembro de 1996;
- Caso a empresa seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL OU SUPER SIMPLES deverá apresentar a nota fiscal eletrônica, acompanhada do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1244, de 30 de janeiro de 2012, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições;
- Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida à empresa, pelo representante do CONTRATANTE, e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE;
- Em caso de irregularidade ou imperfeições na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir da sua reapresentação, desde que devidamente regularizado;
- No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais da habilitação quanto à situação de regularidade da empresa (art. 27, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005); O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- Havendo atraso de pagamento, provocados pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde da data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante aplicação da seguinte fórmula:
- $I = (TX/100)/365 \text{ EM} = I \times N \times VP$, onde:

- I = Índice de Atualização Financeira;
 - TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
 - EM = Encargos Moratórios;
 - N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
 - VP = Valor da parcela em atraso.
- Em cumprimento ao disposto no Art. 64, da Lei nº 9.430, de 27/12/96, Lei nº 9.718, de 27/11/98 e Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.244, de 30 de janeiro de 2012, a Divisão de Execução Orçamentária e Financeira reterá na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a Contribuição para a Seguridade Social – COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a CONTRATADA se esta não apresentar cópia do Termo de Opção ou Certificado de Isenção do IRPJ, nos termos da legislação vigente;
 - A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando a CONTRATADA:
 - Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
 - Quanto à prestação de serviços, na retenção do Imposto Sobre Serviços - ISS, será observado, no que couber, o disposto na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003;
 - Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;
 - Previamente à emissão de nota de empenho e do pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao Sicafe para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;
 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa;
 - Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

8. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de preço global da contratação, com detalhamento ao nível de preço unitário, total por item e total geral, observados os requisitos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 73, de 05 de agosto de 2020, e suas atualizações, observando-se, em especial, as disposições do seu art. 5º, devidamente detalhada no documento Estudo Técnico, é de acordo com o Anexo I - Requisitos técnicos, unidades demandantes e valores unitários e totais deste Termo de Referência.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA CRONOGRAMA FÍSICO

Por se tratar de bens comuns, de acordo com a Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, esta demanda será atendida pela licitação na modalidade pregão eletrônico e do tipo registro de preços. Nas licitações com sistema de registro de preços não é necessário a indicação de recursos orçamentários conforme § 2º, art. 7º, do Decreto nº 7.892/2013 que estabelece:

§2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Os empenhos serão emitidos conforme disponibilidade orçamentária. O cronograma de execução física e financeira apresenta uma estimativa de custo, conforme item 8 acima, e com provável contratação, por se tratar

de registro de preço, em dois exercícios orçamentários, 2023 e 2024, respectivamente no segundo e primeiro semestres.

10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

Para os itens homologados serão emitidas as respectivas atas de registro de preços com vigência de 12 meses.

11. DO REAJUSTE

O contrato através de ata de registro de preços é irreajustável a maior.

12. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1 - REGIME DE EXECUÇÃO

A prestação do objeto se dará pelo regime da execução indireta e sob a forma de empreitada por preço unitário (adjudicação por item), nos termos do art. 6º da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2 - DA DECLARAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS

Os bens, objeto desta contratação, possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, como serviços comuns, nos termos do Art. 1º da Lei 10.520/2002, do §1º do Art. 2º do Decreto 5.450/05 e do §2º do Art. 3º do Decreto 3.555/00, com a redação dada pelo Decreto nº 7.174/10.

12.3 - TIPO E MODALIDADE DE LICITAÇÃO

A contratação do objeto deste Projeto se dará através de Pregão, na forma eletrônica e do tipo sistema de registro de preços, tendo em consideração tratar-se de serviços comuns conforme declarado no Item 12.2 acima. Sendo assim, a seleção do proponente se dará pelo critério de menor preço, devendo observar os requisitos de apresentação da proposta, das Condições de Habilitação técnica, e dos Critérios de Julgamentos da Proposta, além dos requisitos determinados no edital e seus anexos.

12.4 - DOS ASPECTOS TÉCNICOS DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O julgamento de cada proposta de fornecimento, após a fase de lance, será feita em função dos requisitos técnicos especificados no Anexo IV - Proposta, unidades demandantes e valores unitários e totais deste Termo de Referência, confrontados com as informações da proposta conforme requisitos do item 12.6. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos no subitem anterior, será exigido que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, nos locais indicado e dentro do prazo determinados no edital de licitação.

12.5 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA HABILITAÇÃO

Para efeitos de habilitação técnica das propostas de fornecimento, deverão ser apresentados, sempre que determinado no Anexo IV - Proposta (informando a marca e modelo), unidades demandantes e valores unitários e totais, as comprovações requisitadas, tais como:

- Conformidade de todas regulamentações, certificações e homologações dos produtos demandados, quando aplicável;
- Fornecer todos os dados para que os serviços de garantia, manutenção e suporte possam ser efetivamente prestados assim como todas as condições correlacionadas como, por exemplo, o acordo de nível de serviço e as condições para substituição de aparelhos, quando aplicável.

12.6 - DA PROPOSTA

A proposta comercial da licitante deverá conter, além de requisitos determinados no edital:

- Indicação do item para o qual foi feita a proposta;
- Indicação da marca, fabricante, modelo e código comercial do produto ofertado;
- Especificação do produto ofertado acompanhado, quando aplicável, de check list de indicação de arquivo, item e página associados. Esta exigência é compulsória para todos os itens e objetiva facilitar a análise de propostas dos produtos de complexidade tecnológica;
- Prospectos / catálogos dos produtos ofertados preferencialmente em idioma português, que possibilitem a comprovação das especificações técnicas exigidas, também, neste projeto. Caso os prospectos técnicos não sejam suficientes para comprovar todas as exigências, a empresa a ser contratada poderá apresentar declaração do fabricante que ateste o atendimento dos requisitos especificados no Anexo IV - Proposta (informando a marca e modelo), unidades demandantes e valores unitários e totais deste documento. A falta dessa comprovação e a insuficiência dos prospectos / catálogos implicará na desclassificação;

12.7 - DA GARANTIA CONTRATUAL

Não se aplica por se tratar de registro de preços, eventual contratação.

12.8 - DOS LOCAIS PARA ENTREGA

Os locais para entrega são de acordo com os termos do Anexo I - Termo de Referência (Apêndice I) demandantes e valores unitários e totais.

13 - DA APROVAÇÃO

13.1 - DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

13.1.1 A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída e registrada no documento de oficialização da demanda do planejamento desta contratação.

13.1.2 Conforme o § 6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e aprovado pela autoridade máxima da Unidade.

Muzambinho (MG), 04 de dezembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

Zélia Dias de Souza
Diretora de Administração e Planejamento

(Assinado Eletronicamente)

Renato Aparecida de Souza
Diretor Geral

=====

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23346.001865.2023-82

Pregão Eletrônico nº 633/2023 (SRP) - Eventual Contratação Futura de Empresa Especializada no Fornecimento de Licenças de Softwares e Aquisição Futura de Equipamentos de Telefonia Digital - Lei 8.666/93 (Compras Compartilhada)

Apêndice I - Requisitos técnicos, unidades demandantes, quantitativos e valores unitários e totais

PREÇO GLOBAL ESTIMADO: R\$ 98.839,14 (noventa e oito mil, oitocentos e trinta e nove reais e quatorze centavos).

Dos locais da entrega:

- Campus Inconfidentes do IFSULDEMINAS – UASG: 158305, situado na Praça Tiradentes, 416, Centro, Inconfidentes – MG, CEP 37.576-000 (item 09);
- Campus Machado do IFSULDEMINAS – UASG: 158304, situado na Rodovia Machado – Paraguaçu, km 3, Bairro Santo Antônio. Machado/MG, CEP: 37.750-000 (item 08).
- Campus Muzambinho: Estrada de Muzambinho, Bairro - Morro Preto, Muzambinho - MG, CEP 37890-000 (itens 01 a 07);

ITEM: 01

CATMAT: 603509	Tipo: Material Permanente
-----------------------	----------------------------------

TIPO I - Aparelho telefônico Tipo Voip, homologado pela ANATEL com fonte de alimentação e mínimo de 12 meses de garantia.

Descrição detalhada:

- Display com LCD gráfico com retroiluminação;
- Pelo menos 5 memórias diretas programáveis;
- Disponibilizar 2 contas SIP;
- Autoalimentação entrada Power over Ethernet (PoE);
- Alimentação de energia com PoE padrão IEEE802.3af;
- Toques programáveis, toques VIP e música em espera;
- Ramal IP/ligado a uma operadora VoIP, que faz ligações IP, DDD, DDI e para celular;
- Configuração via web ou teclado;
- 2 portas RJ45 (WAN e LAN);
- Suporte cliente DHCP, Endereço IP fixo e PPPoE;
- Compatível com protocolo SIP RFC2543 e RFC3261;
- Cor predominante: preto;
- *Conexões disponíveis:
- 02 Portas 10/100/1000 Ethernet;
- Conexão para fonte de alimentação 5V DC;
- Conexão para o monofone;
- Conexão para headset;
- *Funções disponíveis:
- Agenda para no mínimo 300 nomes e números;
- Chamadas em espera;
- Siga-me;
- Conferência entre chamadas;
- Viva voz;
- Alarme;
- Modo não perturbe;
- Rediscagem;
- Identificador de chamadas em espera;
- Possibilitar o bloqueio de números anônimos;
- Possuir função para 4 chamadas simultaneamente;
- Registro de memória para 100 chamadas;
- Ajuste de volume de entrada e saída, individualmente;

***Certificações mínimas:**

- CE, FCC, IEC;
- RoHS;

Equipamento homologado pela ANATEL.

***Embalagem: 1 telefone, 1 fonte de alimentação e Guia de usuário;**

***Garantia mínima: 12 meses.**

Modelo Referência: Yealink SIP T31G, de mesma equivalência técnica ou de melhor qualidade.

Quantidade	Unidade de Fornecimento: Unidade	
30	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Valor estimado	R\$ 753,85	R\$ 22.615,50

Campus	Quantidade
Campus Muzambinho	30

ITEM: 02

CATSER: 27502	Tipo: Material Permanente	
Serviço de licença para uso de software Adobe Creative Cloud for Teams All Apps Education Named License, pat number 65272476BB01A12 para atendimento das necessidades de negócio e tecnológicos do Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas gerais - IFSULDEMINAS, por prazo de doze meses.		
Modelo Referência: Creative Cloud for Teams All Apps Education Named License		
Quantidade	Unidade de Fornecimento: Unidade	
10	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Valor estimado	R\$ 3.258,53	R\$ 32.585,30

Campus	Quantidade
Campus Muzambinho	10

ITEM: 03

CATMAT: 426718	Tipo: Material de Consumo	
Fonte de Alimentação		
Entrada bivolt: 110 a 240 VAC; Frequência de entrada: 50 a 60 Hz; Saída: 5VDC, 1.2A; Tomada de entrada (rede elétrica) de 2 pinos redondos e com diâmetro de 4 mm; Tomada de saída: Plug DC P4 macho 2.1 x 5.5mm; Polaridade de saída: positivo interno / negativo externo; Com selos CE/FCC/RoHS; Garantia mínima de 3 meses.		
Compatível com modelo do aparelho: Yealink SIP-T27G		
Modelo Referência: Fonte de Alimentação Yealink 5V 1200 Mah, de mesma equivalência técnica ou de melhor qualidade.		
Quantidade	Unidade de Fornecimento: Unidade	
1	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Valor estimado	R\$ 80,19	R\$ 80,19

Campus	Quantidade
Campus Muzambinho	01

ITEM: 04

CATMAT: 344134	Tipo: Material Permanente
-----------------------	----------------------------------

TIPO II - Aparelho telefônico Voip homologado pela ANATEL com fonte de alimentação e mínimo de 12 meses de garantia.

Descrição detalhada:

- Autoalimentação entrada Power over Ethernet (PoE);
- Protocolo SIP 2.0; Display Gráfico;
- Viva-voz;
- Preto;
- Temperatura 0 a 45 °C | Umidade 0 a 85%
- LAN (PC port) 10/100 Mbps | WAN (Internet port) 10/100 Mbps | Consumo aproximado 2,5 W |
- Fonte Entrada: AC 100 a 240 V / Saída: DC 7 V / 500 mA
- Tipo do display 128 × 32, gráfico monocromático | Codecs de audio G711-A, G711-U, G722, G726 e G729
- Suporte aos protocolos de sinalização IP, TCP, UDP, LLDP, ARP, HTTP, HTTPS cliente DHCP, cliente DNS, VLAN 802.1q, NTP (Network Time Protocol), RTP (Real Time Protocol) e RTCP (Real Time Control Protocol), SRTP, SIPS (suporte a segurança de chamada) e 802.1x, permitindo que este seja habilitado ou desabilitado
- Histórico 400 entradas (100-orig/100- rec/100-não atend/100-desv)
- Garantia 1 ano
- Protocolo IPv4 e IPv6
- Segurança VLAN IEEE 802.1q
- Alimentação PoE IEEE 802.3af.
- A Contratada/proponente deverá apresentar para o referido item:
 - Conformidade com a diretiva de sustentabilidade europeia RoHS;
 - Conformidade de todas regulamentações, certificações e homologações dos produtos demandados como, por exemplo, das instituições Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, bem como outras determinadas nas especificações dos itens desta contratação.
 - Estes requisitos deverão ser comprovados, documentalmente, quando da habilitação da proposta de fornecimento;
 - Fornecer todos os dados para que os serviços de garantia, manutenção e suporte possam ser efetivamente prestados assim como todas as condições correlacionadas como, por exemplo, o acordo de nível de serviço e as condições para substituição de aparelhos.
 - Também deverá informar site na web e número de telefone para atendimento do tipo corporativo para todos os chamados de garantia, manutenção e suporte.

Modelo Referência: TIP 125i VOIP - POE, de mesma equivalência técnica ou de melhor qualidade.

Quantidade	Unidade de Fornecimento: Unidade	
1	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Valor estimado	R\$ 415,00	R\$ 415,00

Campus	Quantidade
Campus Muzambinho	01

ITEM: 05

CATSER: 27502	Tipo: Material Permanente	
OfficeStd 2019 SNGL OLP NL Acdmc		
Descrição detalhada: Microsoft Office Standard		
<ul style="list-style-type: none">• Tipo de Software: Licença de Utilização• Tipo de Licença: Educacional (Edu)• Versão 2019 PART NUMBER: 021-10597A• A Contratada deverá apresentar declaração ou certificado (constando seu respectivo "Partner ID") que comprove a condição de Entidade Registrada no programa de parceiros "Microsoft Partner Network".		
Modelo Referência: OfficeStd 2019 SNGL OLP NL Acdmc		
Quantidade	Unidade de Fornecimento: Unidade	
1	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Valor estimado	R\$ 3.660,74	R\$ 3.660,74

Campus	Quantidade
Campus Muzambinho	01

ITEM: 06

CATSER: 27502	Tipo: Material Permanente
---------------	---------------------------

SOFTWARE SIMPLIFY3D

O Simplify3D® é um software de fatiamento para impressoras 3D, ou seja, ele converte o seu modelo 3D em camadas para ser impresso.

Modelo Referência: SOFTWARE SIMPLIFY3D

Quantidade	Unidade de Fornecimento: Unidade	
1	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Valor estimado	R\$1.378,41	R\$1.378,41

Campus	Quantidade
Campus Muzambinho	01

ITEM: 07

CATSER: 27502	Tipo: Material Permanente	
SketchUp PRO Laboratório Licença de rede flutuante O software para elaboração de projetos 3D deverá ter licenças de rede flutuante para instalação em computadores em laboratórios de informática. O arquivo de licença deverá ser gerenciado na nuvem e sua utilização se dará dentro da rede escolar. O fornecedor deverá disponibilizar suporte técnico gratuito, ilimitado durante a vigência da licença anual (12 meses).		
Modelo Referência: SketchUp PRO Laboratório Licença de rede flutuante		
Quantidade	Unidade de Fornecimento: Unidade	
10	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)

Valor estimado	R\$ 380,00	R\$ 3.800,00
-----------------------	-------------------	---------------------

Campus	Quantidade
Campus Muzambinho	01

ITEM: 08

CATMAT: 603509	Tipo: Material Permanente
<p>TIPO I - Aparelho telefônico Tipo Voip, homologado pela ANATEL com fonte de alimentação e mínimo de 12 meses de garantia.</p> <p>Descrição detalhada:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Display com LCD gráfico com retroiluminação; • Pelo menos 5 memórias diretas programáveis; • Disponibilizar 2 contas SIP; • Autoalimentação entrada Power over Ethernet (PoE); • Alimentação de energia com PoE padrão IEEE802.3af; • Toques programáveis, toques VIP e música em espera; • Ramal IP/ligado a uma operadora VoIP, que faz ligações IP, DDD, DDI e para celular; • Configuração via web ou teclado; • 2 portas RJ45 (WAN e LAN); • Suporte cliente DHCP, Endereço IP fixo e PPPoE; • Compatível com protocolo SIP RFC2543 e RFC3261; • Cor predominante: preto; • *Conexões disponíveis: • 02 Portas 10/100/1000 Ethernet; • Conexão para fonte de alimentação 5V DC; • Conexão para o monofone; • Conexão para headset; • *Funções disponíveis: • Agenda para no mínimo 300 nomes e números; 	

- Chamadas em espera;
- Siga-me;
- Conferência entre chamadas;
- Viva voz;
- Alarme;
- Modo não perturbe;
- Rediscagem;
- Identificador de chamadas em espera;
- Possibilitar o bloqueio de números anônimos;
- Possuir função para 4 chamadas simultaneamente;
- Registro de memória para 100 chamadas;
- Ajuste de volume de entrada e saída, individualmente;

***Certificações mínimas:**

- CE, FCC, IEC;
- RoHS;

Equipamento homologado pela ANATEL.

***Embalagem: 1 telefone, 1 fonte de alimentação e Guia de usuário;**

***Garantia mínima: 12 meses.**

Modelo Referência: Yealink SIP T31G, de mesma equivalência técnica ou de melhor qualidade.

Quantidade	Unidade de Fornecimento: Unidade	
40	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Valor estimado	R\$ 753,85	R\$ 30.154,00

Campus	Quantidade
Campus Machado	40

ITEM: 09

CATMAT: 344134	Tipo: Material Permanente
<p>TIPO II - Aparelho telefônico Voip homologado pela ANATEL com fonte de alimentação e mínimo de 12 meses de garantia.</p> <p>Descrição detalhada:</p> <ul style="list-style-type: none">• Autoalimentação entrada Power over Ethernet (PoE);• Protocolo SIP 2.0; Display Gráfico;• Viva-voz;• Preto;• Temperatura 0 a 45 °C Umidade 0 a 85%• LAN (PC port) 10/100 Mbps WAN (Internet port) 10/100 Mbps Consumo aproximado 2,5 W • Fonte Entrada: AC 100 a 240 V / Saída: DC 7 V / 500 mA• Tipo do display 128 × 32, gráfico monocromático Codecs de audio G711-A, G711-U, G722, G726 e G729• Suporte aos protocolos de sinalização IP, TCP, UDP, LLDP, ARP, HTTP, HTTPS cliente DHCP, cliente DNS, VLAN 802.1q, NTP (Network Time Protocol), RTP (Real Time Protocol) e RTCP (Real Time Control Protocol), SRTP, SIPS (suporte a segurança de chamada) e 802.1x, permitindo que este seja habilitado ou desabilitado• Histórico 400 entradas (100-orig/100- rec/100-não atend/100-desv)• Garantia 1 ano• Protocolo IPv4 e IPv6• Segurança VLAN IEEE 802.1q• Alimentação PoE IEEE 802.3af.• A Contratada/proponente deverá apresentar para o referido item:<ul style="list-style-type: none">◦ Conformidade com a diretiva de sustentabilidade europeia RoHS;◦ Conformidade de todas regulamentações, certificações e homologações dos produtos demandados como, por exemplo, das instituições Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, bem como outras determinadas nas especificações dos itens desta contratação.◦ Estes requisitos deverão ser comprovados, documentalmente, quando da habilitação da proposta de fornecimento;◦ Fornecer todos os dados para que os serviços de garantia, manutenção e suporte possam ser efetivamente prestados assim como todas as condições correlacionadas como, por exemplo, o acordo de nível de serviço e as condições para substituição de aparelhos.◦ Também deverá informar site na web e número de telefone para atendimento do tipo corporativo para todos os chamados de garantia, manutenção e suporte.	
<p>Modelo Referência: TIP 125i VOIP - POE, de mesma equivalência técnica ou de melhor qualidade.</p>	

Quantidade	Unidade de Fornecimento: Unidade	
10	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Valor estimado	R\$ 415,00	R\$ 4.150,00

Campus	Quantidade
Campus Inconfidentes	10

Documento assinado eletronicamente por:

- Renato Aparecido de Souza, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - MUZ, em 04/12/2023 15:13:18.
- Zelia Dias de Souza, DIRETOR(A) - CD3 - MUZ - MUZ-DAP, em 04/12/2023 15:34:09.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 04/12/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 411812
Código de Autenticação: 40417dde3f

